



Câmara Municipal de  
Vila Franca de Xira



Rui Ribeiro Rei  
Vereador

## **Declaração do Vereador Rui Rei sobre o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Vila Franca de Xira.**

No que diz respeito ao procedimento da Discussão Pública, considero que tal como a Proposta da 1ª Revisão do Plano Director Municipal, também a Discussão Pública ficou aquém dos pressupostos, e aqui, posso começar por referir que a quantidade de presenças nas sessões públicas (1087) correspondeu a menos de 1% da População do Concelho, e o número de participações recebidas (414), não atingiu sequer 0,5% da População do Concelho, bastaria esta simples verificação para constatar que esta discussão pública não atingiu os objectivos.

Também o Relatório que hoje apreciamos está um pouco distante daquilo que considero que deveriam ser os objectivos inerentes a um Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

**Julgo que este relatório deveria conter mais elementos sobre todo o Procedimento da Discussão Pública**, como por exemplo: A própria definição e destino do Relatório; Cronologia de todo o processo; Elementos referentes à Publicitação da Discussão Pública, ou ainda a análise e resultados das Sessões Públicas de Apresentação e Discussão do Plano;

**Este Relatório não nos dá a conhecer qual foi o envolvimento das Juntas de Freguesia em todo este processo.** Não sabemos se foi feita a apresentação do Plano a todos os presidentes de Junta de Freguesia, continuamos sem perceber qual foi o real envolvimento destes órgãos autárquicos. Refiro isto porque às Juntas de Freguesia cabe também um papel importante no desenrolar de todo este processo, e julgo pertinente sabermos qual a visão estratégica que cada freguesia defende para o seu território, que objectivos e que programas pretendem desenvolver.

**Não está expresso qual o envolvimento das Juntas de Freguesia no procedimento de discussão Pública**, não sabemos como foram apresentados os elementos gráficos e escritos que a partir do dia 1 de Outubro estiveram em exposição em cada Junta, nem quantas pessoas consultaram a proposta de Revisão do Plano nestes locais.

Não sabemos qual foi a participação das diferentes forças políticas neste período, se foram consultadas ou se houve reuniões de trabalho, o mesmo se pode aplicar a outros movimentos ou forças vivas do Concelho.

**Também não sabemos, por exemplo, se os Municípios limítrofes foram consultados**, ou convidados a participar neste período de Discussão Pública, e qual o nível de envolvimento neste processo.

**Considero também, que este relatório carece de uma melhor análise estatística das sugestões apresentadas**, o presente relatório procede à síntese da análise das 414 sugestões de alteração ao Plano Director Municipal apresentadas no período de discussão pública da proposta de Revisão do Plano. No entanto, julgo que a análise elaborada neste âmbito deveria examinar os dados numa perspectiva não só quantitativa, mas também qualitativa, para deste modo obtermos dados mais rele-

Gabinete de Apoio ao Vereador Rui Rei

---

vantes para uma avaliação do Plano, e podermos alcançar resultados em função da sua conformidade com a estratégia deste.

**No que diz respeito à identificação das participações apresentadas na Discussão Pública considero que este Relatório apresenta algumas lacunas, pois está limitado às questões apresentadas nas participações por escrito, não identificando nem as questões suscitadas nas sessões públicas de esclarecimento, nem outras questões suscitadas internamente durante a discussão pública, ou pareceres de entidades externas.**

Como forma de incrementar a participação pública na discussão sobre a proposta de revisão do Plano Director Municipal foram realizadas sessões públicas de apresentação e esclarecimento pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas quais foram apresentadas as propostas do Plano relativas a cada uma dessas freguesias.

Organizaram-se ainda outras sessões públicas, por iniciativa de Forças Vivas do Concelho, consideradas por alguns como Sessões Marginais, mas que me pareceu terem sempre como objectivo principal a Discussão Pública.

Mas nos que diz respeito às Sessões Públicas de Discussão organizadas pela Câmara Municipal, e cuja apresentação e a coordenação destas sessões coube aos eleitos da Câmara Municipal e aos elementos da equipa técnica, podemos recordar que cada sessão foi iniciada com uma apresentação em PowerPoint (apresentações solicitadas por mim mas nunca recebidas) onde se focou a estratégia geral do Plano e se abordaram questões referentes ao tema em questão, após o que se deu sequência ao debate aberto a todos os presentes.

Às apresentações seguiram-se os debates com a população presente, em que foram colocadas dúvidas, críticas e sugestões sobre alterações à proposta em discussão.

Apesar de saber que algumas das questões suscitadas, resultaram em participações entregues posteriormente por escrito e dentro do prazo legal, não posso deixar de considerar que devido à particular importância de intervenções feitas no decorrer das sessões públicas de apresentação e esclarecimento, não se tenham vertido no Relatório da Discussão Pública as questões mais pertinentes e cujas eventuais alterações concorrerem para uma melhoria da qualidade dos documentos e para uma efectiva discussão sobre a estratégia apresentada e defendida ao longo da preparação de todo o Plano.

Como já referi, algumas das questões levantadas pelos participantes destas sessões públicas deram origem a participações colocadas por escrito e entregues nos serviços dentro do prazo legal do processo de discussão pública. No entanto, apesar de estas terem sido referidas e analisadas no presente relatório, considero que outras que eventualmente não tenham tido continuidade através de documento escrito mas cuja pertinência lhes é reconhecida, sejam obviamente tidas em conta nos trabalhos de alterações aos elementos que compõem a proposta do Plano.

**As sessões públicas constituíram um importante momento de reflexão sobre a proposta de Revisão do Plano Director Municipal, permitindo um debate mais desenvolvido sobre as matérias com maior incidência em cada freguesia.**

**Nestas sessões públicas participaram mais de 1000 pessoas, representativas de autarquias locais, associações, partidos políticos e muitas outras instituições e particulares.**

**As observações e sugestões apresentadas nas sessões públicas devem ser consideradas relevantes e pertinentes e devem estar também registadas neste Relatório.**

---

Estranho também que ao longo desta fase de análise das participações escritas, não se tenha proporcionado que, em sequência da releitura interna dos diversos documentos que integram e acompanham o Plano, fossem reavaliadas, corrigidas e actualizadas informações neles contidas. **Seria de esperar que internamente, quer pela parte da Câmara Municipal quer pelos elementos da equipa técnica, tivessem surgido questões, ainda que tais questões não tenham sido mencionadas posteriormente nas referidas participações escritas.**

Ou seja, **pergunto-me, por exemplo, se para além das participações que levaram a correcções relacionadas com direitos adquiridos (Loteamentos com Alvará ou outros), a Câmara Municipal não detectou mais nenhuma correcção.** Considero isto pertinente, pois os cidadãos menos informados ou os que estiveram impossibilitados de participar na Discussão Pública, poderão ter os seus direitos ausentes desta Revisão do Plano Director Municipal.

Ou no caso do Património, indago se **o Sector do Património não detectou mais nenhuma correcção para além das identificadas através das participações escritas.**

Pergunto ainda, se durante este período, foram também analisadas com algumas entidades que não integraram a Comissão Técnica de Acompanhamento e que haviam sido consultadas antes da fase de Discussão Pública, as questões que oportunamente haviam suscitado através dos pareceres enviados e que se incluíram no conjunto dos documentos que acompanharam a proposta de revisão do Plano, patente na Discussão Pública. Coloco esta questão, pois o presente Relatório não faz referência a este assunto.

**De acordo com o Relatório de ponderação das participações na Discussão Pública são diversas as alterações a introduzir ao Plano, algumas de carácter significativo, mas que certamente irão contribuir para o desenvolvimento estratégico e sustentável do município, nomeadamente através:**

- Do aumento da sua competitividade empresarial;
- Da melhoria das condições ambientais e valorização da zona ribeirinha;
- Da vivência do espaço rural;
- Da melhoria das acessibilidades;
- Da conservação dos valores culturais;
- Da programação dos equipamentos colectivos.

**A política faz-se desta forma, apresentando alternativas e propostas, tendo sempre uma visão estratégica para o nosso Concelho. Com base nas conclusões do próprio Relatório, posso lembrar que todo o meu envolvimento neste processo teve como base trabalhar para um Concelho melhor, e apesar de me terem ignorado demasiadas vezes, parece que nalguns pontos, conseguimos melhorar esta proposta de Revisão do Plano Director Municipal, e passo a exemplificar, partindo das alterações a introduzir no Plano que a Câmara Municipal considera mais significativas:**

**Do aumento da sua competitividade empresarial:**

Apresentei a única participação que conduziu à definição de um núcleo empresarial na freguesia de São João dos Montes.

---

Apresentei também a única participação que levou a que o Regulamento fosse alterado, de modo a que nos Núcleos Edificados de Quintas seja acrescentado aos usos possíveis uma alínea que contemple “*Serviços Associados ao sector terciário como sedes sociais de empresas, serviços de carácter social e educativo*”.

- **Da melhoria das condições ambientais e valorização da zona ribeirinha:**

Apresentei a única participação que conduziu a que na regulamentação da Estrutura Ecológica Urbana seja reforçada a componente ambiental nas zonas ribeirinhas.

- **Da vivência do espaço rural:**

Sempre defendi, e apresentei uma participação no sentido de alterar a parcela mínima de 20 000 m<sup>2</sup> para 10 000 m<sup>2</sup>.

- **Da melhoria das acessibilidades:**

São numerosas as minhas participações sobre este tema, no entanto, muitas foram consideradas, desde as alterações à V7, V12, Nó dos Caniços, Nó de Alhandra, Viaduto da Póvoa, Acessibilidades na Calhandriz, ou mesmo a retirada de uma via que estava prevista rasgar o Jardim Constantino Palha em Vila Franca de Xira.

- **Da conservação dos valores culturais:**

No que diz respeito ao Património, também a mim se devem a maioria das alterações, quer sejam para acrescentar aos valores culturais, alguns que a Câmara Municipal tinha esquecidos, quer seja também para retirar outros, que já não existem e estavam ainda referenciados.

- **Da programação dos equipamentos colectivos:**

Neste capítulo, posso afirmar que em todas as freguesias apelei para as inconformidades deste Plano. Não só no que diz respeito à Carta de Equipamentos, mas também no que diz respeito ao Plano de Execução.

No que diz respeito à Programação de Equipamentos, considero que este Plano é manifestamente insuficiente, e sugiro, que à semelhança do que acontece noutros Municípios, se crie também para este Plano Director Municipal um anexo com a Programação de Equipamentos, poderá ser um documento apenas de carácter indicativo e não vinculativo, mas que é essencial para uma visão estratégica.

As redes de Equipamentos são um dos recursos territoriais, identificados nos artigos 10.º e 17.º do Decreto-lei 380/99 e são um dos motores do progresso e um dos principais factores que contribuem para a melhoria das condições de vida das populações e respectivas áreas urbanas.

Como tal, as redes de equipamentos de nível fundamental, que optimizam o acesso à Cultura, Educação e Formação Profissional, Justiça, Saúde, Segurança Social, Desporto e Lazer, devem ser identificados nos instrumentos de gestão territorial, constituindo mesmo um dos objectivos dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, através da designação de critérios e princípios subjacentes a opções de localização de equipamentos, nomeadamente em Plano Director Municipal, tal como se encontra descrito no artigo 85.º do Decreto-lei 380/99.

---

**Assegurar a igualdade de oportunidades dos cidadãos, no acesso às infra-estruturas, equipamentos de utilização colectiva, serviços e funções urbanas é um dos fins a que se propõe a actual política de ordenamento do território.** Um dos objectivos desta política diz respeito à distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer, tendo em conta as necessidades específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da sua capacidade de utilização.

**Esta proposta de criação de um anexo com a Programação de Equipamentos, iria permitir ajudar a Câmara Municipal a estabelecer uma melhoria da qualidade de vida dos aglomerados, independentemente da sua dimensão, prevendo assim o estabelecimento de uma política de ordenamento do território mais descentralizada e, conseqüentemente, mais eficaz.**

**No que diz respeito à base de incidência das participações escritas, julgo que também devemos fazer uma outra abordagem.** Pensando no justo tratamento dos munícipes e perspectivando o correcto e equilibrado desenvolvimento do município, faço esta abordagem considerando **3 tipologias de situações**, refiro-me às participações que incidem genericamente sobre:

- **Os direitos dos pequenos proprietários;**
- **Compromissos adquiridos;**
- **Áreas Urbanas de Génese Ilegal.**

No que diz respeito aos **direitos dos pequenos proprietários**, considero que temos que reforçar a atenção neste tema, e posso dar como exemplo, os pequenos proprietários que estão contíguos a zonas alteradas em sede de revisão do Plano Director Municipal, como o caso dos pequenos proprietários do Forte da Casa, contíguos à 3ª e 4ª fases do Forte da Casa. Julgo, que devemos acautelar o justo tratamento de todos os munícipes.

Quanto aos **Compromissos Adquiridos**, creio que continua a não ser claro se estarão todos reproduzidos na Revisão do Plano, pergunto-me, se para além das participações que levaram a correcções relacionadas com direitos adquiridos, não haverá mais situações que também ainda não estão contempladas.

Em terceiro lugar, as **AUGI**. É cada vez mais evidente que ao longo dos anos, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não tem resolvido os problemas destes Munícipes. Ignorando e contornando muitas vezes compromissos assumidos entre as Comissões e a Câmara Municipal, e pelo teor de algumas participações, torna-se evidente que ainda não é com esta Revisão do Plano que o Município pretende resolver estas questões, posso dar como exemplo a AUGI das Terras Compridas ou a AUGI da Quinta do Alferes.

Aproveito esta ocasião para solicitar à Câmara Municipal um relatório detalhado com o ponto de situação de todas as Áreas Urbanas de Génese Ilegal do Concelho de Vila Franca de Xira.

Para concluir, Em meu entender, ao Concelho de Vila Franca de Xira tem faltado no passado e no presente uma definição e a persecução de uma vocação estratégica. De facto, desde há três décadas que se constata uma ausência de objectivos estratégicos, uma inexistente visão do futuro.

Volto a afirmar que o nosso concelho necessita urgentemente de clarificar e definir uma vocação estratégica de modo a que possa resolver o passado, melhorar o pre-

---

sente e, muito especialmente, enfrentar o futuro com determinação, ambição e a coragem que se impõe.

Essa vocação estratégica deverá ser encontrada através da discussão aberta e sem condicionalismos de qualquer ordem, de modo a que, ao ser encontrada e assumida, beneficie de contributos multidisciplinares, assente em várias ciências, conhecimentos, experiências, sensibilidades e sentimentos, enquadrados num modelo coerente em que se devem complementar.

O Concelho de Vila Franca de Xira deve, na definição da sua vocação estratégica, assumir-se com ambição e actualidade, pretender ser um Concelho de eleição para o Lazer em todas as suas vertentes lúdicas e recreativas, proporcionador de uma elevada qualidade de vida para os seus munícipes, sem nunca esquecer as suas vocações naturais, a tradição Tauromáquica, o Rio, a Lezíria, a indústria Aeronáutica, a indústria da Televisão, e a mais recente aquisição por força da nossa localização a Logística, mas com qualidade.

Sendo para tudo isto acontecer uma aposta decisiva na educação, com a instalação do ensino superior.

Deve potenciar e consignar ainda, uma aposta muito forte em outros vectores correlacionados, como sejam:

- Apostar intransigente preservação do meio ambiente.
- Apostar na produção e difusão de produtos relacionados com a cultura.
- Apostar numa indústria de serviços que acompanhe e desenvolva as novas necessidades que a economia cada vez mais exige e impõe.
- Apostar no fomento e/ou na promoção de novos espaços de saber.
- Apostar no *Cluster* Aeronáutico.
- Apostar na indústria da Televisão.

**Ao mesmo tempo temos necessariamente de requalificar todos aqueles factores que a falta de uma estratégia, que uma cultura de não procedimentos e de ausência de regras instituiu, a saber:**

- Criar as infra-estruturas adequadas que garantam a satisfação das necessidades humanas mais elementares.
- Aumentar a capacidade de mobilidade interna, no respeito pelos objectivos estratégicos já definidos.
- Dinamizar e/ou construir uma rede funcional de equipamentos colectivos.
- Concluir os processos das AUGI.

Que a Discussão desta primeira revisão do Plano Director Municipal seja o primeiro passo.

Vila Franca de Xira, 25 de Fevereiro de 2009

O Vereador



Rui Rei